

CONTRATO DE EMPREITADA

CONTRATO REF.^a N.º 5_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

EDILTER – Sociedade Unipessoal, Lda

CONTRATO DE EMPREITADA

Entre;

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portadora do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Primeira Outorgante**.

e

A empresa **EDILTER, Sociedade Unipessoal, Lda.** com sede em Vila Oeiras N.º 26, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, registada na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel de São Vicente, com o capital social de 5.000.000\$00, titular do Alvará de Construção nº 315, NIF 251 859 690, representada pelo seu Gerente Sr. **Ilir Dedja**, adiante designada por **Segunda Outorgante**;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de empreitada, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Clausula 1ª

(Objeto)

A Segunda Outorgante compromete-se a executar todos os trabalhos contidos nos documentos do convite para **Empreitada de Construção de um Parque de Estacionamento no Porto Grande do Mindelo**, incluindo todos os trabalhos preparatórios necessários para a sua boa execução conforme proposta apresentada (N.º 26/2021), datada de 10 de dezembro de 2021.



Clausula 2ª
(Regime)

1. Pela execução da empreitada é devido um preço fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a exectutar a empreitada, descrita na Cláusula anterior, pelo valor indicado na cláusula seguinte, com direito a revisão de preços conforme apreciação da matéria-prima no mercado nacional.

Clausula 3ª
(Preço)

1. O preço a pagar à Empreiteira pela execução da empreitada, é de **2.690.885,00 ECV** (dois milhões, seiscentos e noventa mil escudos, oitocentos e oitenta e cinco escudos), já incluindo o IVA correspondente (autoliquidação) à taxa legal em vigor.
2. O preço final da empreitada é resultante da aplicação dos preços unitários às quantidades calculadas em função das medições do trabalho.

Clausula 4ª
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. O montante elencado no número 1) da Cláusula anterior, será liquidado à Segunda Outorgante mediante um adiantamento de 30% (trinta por cento) do total da empreitada e o remanescente, mediante a apresentação da fatura correspondente.
2. A Segunda Outorgante emitirá a fatura em nome da Primeira Outorgante, que lhe será remetida para o endereço indicado.
3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a(s) fatura(s) será/ão paga/s através de transferência bancária para a conta da Segunda Outorgante ou através de cheques.
4. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), a Primeira Outorgante deverá comunicar este facto à Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 5 (cinco) dias após receção da respetiva fatura (s), ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.



Cláusula 5.^a
(Recusa de Pagamento)

A Primeira Outorgante reserva-se no direito de não efectuar os pagamentos referidos na cláusula anterior se:

- a) Os trabalhos objecto de medição apresentarem vícios de execução ou não corresponderem à execução de que estava projectado;
- b) Nos trabalhos objeto de medição tiver sido utilizado qualquer material rejeitado pela Fiscalização ou não aprovado por ela;
- c) Se tratar, no todo ou em parte, de reconstrução de trabalhos já feitos, mas danificados pela Segunda Outorgante

Cláusula 6.^a
(Prazos e Local de Entrega)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a executar todos os trabalhos constantes do orçamento em 18 (dezoito) dias uteis, com início após a assinatura e o 1º adiantamento do valor da obra, nos termos determinados no Plano de Trabalhos, incluindo o tempo de Aprovisionamento.
2. O local de materialização do projeto objeto deste contracto, é o indicado na Cláusula 1.^a.
3. O projeto só se considerará concluído quando a Fiscalização o aceitar provisoriamente, reportando-se os efeitos dessa aceitação à data em que a Segunda Outorgante tenha terminado definitivamente os seus trabalhos.

Clausula 7.^a
(Multa por violação do prazo de Entrega)

1. Na falta do cumprimento do prazo estabelecido neste contrato, a Segunda Outorgante ficará sujeita, à multa diária e nas seguintes condições:
 - a) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias.
 - b) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
 - c) A aplicação de multas contratuais à Segunda Outorgante, nos termos anteriores, deve ser precedida de Auto lavrado pela Fiscalização, do qual



a Primeira Outorgante envia uma cópia à Segunda Outorgante, notificando-a para, no prazo de 10 (dez) dias deduzir a sua defesa.

Cláusula 8.^a
(Gestão do pessoal)

1. A Segunda Outorgante será responsável pelo pessoal afeto às instalações da empreitada objecto do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante será responsável, perante a Primeira Outorgante e perante terceiros, pelos atos de todo o pessoal que utilizar na instalação dos equipamentos em questão e pelos riscos inerentes ao desenvolvimento dos trabalhos.
3. A responsabilidade pela conformidade de toda a empreitada, será exclusivamente da Segunda Outorgante, ainda que esta recorra a terceiros para a execução do Contrato.

Cláusula 9.^a
(Pessoal e Seguros)

1. A Segunda Outorgante ficará sujeita ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e da vigilância da saúde, relativamente a todo o pessoal afeto à instalação, sendo da sua conta todos os encargos daí resultantes.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro:
 - (a) Seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, devendo apresentar ainda, caso aplicável, no prazo de 10 (dez) dias a contar da subcontratação, comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde;
 - (b) Seguro de responsabilidade civil contra terceiros;
3. As apólices dos seguros referidas nas alíneas do número anterior devem ser apresentadas pela Segunda Outorgante antes do início da execução dos trabalhos e sempre que lhe for exigido pelo Fiscal da obra.
4. Nenhuma apólice de seguro poderá ser alterada, substituída, suspensa ou cancelada pela Segunda Outorgante sem a prévia autorização, por escrito, da Primeira Outorgante.



5. Os encargos referentes aos seguros previstos nos números anteriores, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da conta da Segunda Outorgante.

Cláusula 10.^a
(Segurança, Saúde e Ambiente)

1. É da responsabilidade da Segunda Outorgante, cumprir e fazer cumprir pelo seu pessoal o disposto na legislação em matéria de proteção ambiental, higiene, saúde e segurança no trabalho.
2. A Segunda Outorgante, deverá apresentar, antes do início da obra, o plano de proteção para a eliminação dos impactos ambientais negativos.

Cláusula 11.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do contrato, às exigências legais e normativas do sector aplicáveis ao objeto presente contrato.
2. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumprirá toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

Cláusula 12.^a
(Inspeção)

1. Realizadas as entregas formais das obras que compõem a empreitada, objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo máximo de 3 (três) dias, a uma Inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar se reúne as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis, sem prejuízo da fiscalização que decorrerá durante a fase de execução dos trabalhos.
2. Durante esta fase a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a colaboração e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos mesmos através de técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito.



3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada (se aplicável), serão por estes exclusivamente suportados.

Cláusula 13.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. A conclusão dos trabalhos deverá ser notificada pela Segunda Outorgante à Primeira Outorgante através do correio eletrónico concursos.procurement@enapor.cv
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da correspondência referida no número anterior, a Primeira Outorgante promoverá a receção provisória dos projeto, fazendo-os inspecionar pela Fiscalização.
3. Após a realização da Inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, à Segunda Outorgante.
4. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) Item(ns), no prazo de 30 (trinta) dias, ficando exclusivamente a cargo da Segunda Outorgante quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
5. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 14.^a
(Aceitação dos trabalhos)

1. Caso se venha a verificar a total conformidade, no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de Receção provisória da empreitada, no prazo 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.



2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade das obras da empreitada especificada na Cláusula 1.^a do presente contrato, para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante, e consequente ressalva do seu direito de invocar a existência de vícios ocultos ou aceitar provisoriamente a obra, considerando-a concluída mas com a ressalva e sob condição de serem reparados os vícios ocultos e imperfeições já patentes.

Cláusula 15.^a
(Garantia)

1. A Segunda Outorgante garantirá, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a Garantia de boa execução contra defeitos de execução do objeto do presente contrato, pelo período de 1 (um) Ano.
2. O prazo de Garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção provisória;
3. Durante o prazo de garantia a Segunda Outorgante será responsável pela conservação, reparação e reconstrução das obras do Projeto.
4. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação alheios ao citado Projeto e de casos fortuitos e de força maior.
5. Findo o prazo de garantia, a Segunda Outorgante deverá requerer à Primeira Outorgante através de carta registada ou correio eletrónico, a receção definitiva das obras.

Clausula 16.^a
(Documentos)

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente o orçamento Nr 26/2021, datado de 10 de dezembro de 2021 Segunda Outorgante.



Cláusula 17.^a

(Resolução por parte da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:

- (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
- (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
- (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- (d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, instruções transmitidas durante a execução das obras compreendidas no objeto da presente empreitada;
- (e) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
- (f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
- (h) Incumprimento da Segunda Outorgante de decisões judiciais, respeitantes ao contrato;
- (i) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
- (j) Se a entrega da Empreitada, no presente contrato se atrasar por um período superior a 3 (três) meses da data inicialmente prevista.

Cláusula 18.^a

(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.



Clausula 19.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa-fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro tribunal.

Cláusula 20.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

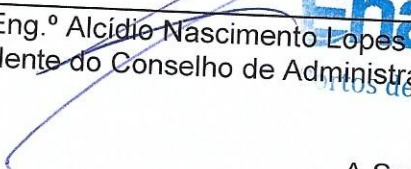
Este Contrato, constituído por 11 (onze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes, e dele fazem parte integrantes o **Anexo** identificados e, que são rubricados pelas partes.




Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 18º dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração


Eng.º Ireneu Rosa Azevedo Camacho
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante
Edifer


Ilir Redja
Gerente